

PT BOLETIM NACIONAL

ÓRGÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PARA ABAFAR SUA INCOMPETÊNCIA... GOVERNO ATACA LÍDERES DO POVO

...MAS O PT NÃO SE INTIMIDA

Lisy Leuba Salum



O povo pede diretas. O governo acena com a LSN. Comício das Diretas - 12/7/87 - Praça da Sé/SP

★ A IMPLOÇÃO DAS
CONTAS PÚBLICAS
(Pág. 3)

★ UMA GREVE
CONTRA O PLANO
BRESSER (Pág. 2)

★ A AUTOCRÍTICA
DO PRC (Pág. 5)

★ O DEBATE DO
ABORTO (Pág. 9)

★ DEFICIENTES
FÍSICOS: NEM
PATERNALISMO NEM
DISCRIMINAÇÃO
(Pág. 8)

O governo atemoriza-se cada vez mais com o crescimento da oposição. A Campanha das Diretas Já está nas ruas, consolidada pelo êxito dos comícios de Brasília e São Paulo. Aumentam as assinaturas das emendas populares que tentam democratizar a futura Constituição. Sucedem-se greves parciais por melhores condições de trabalho. Forças e figuras de oposição reaproximam-se e fortalecem a frente comum contra o governo. Setores até ontem apoiando Sarney decepcionam-se e se afastam do governo. Explosões de revolta popular denotam o alto grau de insatisfação contra a política econômica e social.

Diante desse quadro, o governo da Nova República só tem uma resposta: aumenta a repressão, como fazia a ditadura militar. O Planalto escolhe seus inimigos preferenciais: o PT, a CUT, o PDT, as lideranças sindicais e populares, urbanas e rurais. O governo ataca-os para atingir o povo, a massa organizada, a classe trabalhadora. O Planalto procura bodes expiatórios e procura intimidar a população. Prende sindicalistas, intima dirigentes partidários, enquadra populares na Lei de Segurança Nacional, estabelece incomunicabilidade para presos políticos, como no tempo da ditadura. O ministro da Justiça faz o papel de Polícia Federal e anuncia abertura de inquéritos contra oradores dos

comícios das diretas. Enquanto isso, não apura responsabilidades nos casos das mortes de Leme, das manifestações de Brasília, do assassinato de Paulo Fontelles e de outros líderes rurais; nem nos crimes de colarinho branco, nos escândalos da Ferrovia Norte-Sul e do Banespa etc. A última façanha arbitrária do governo foi cercar, sitiar e atacar o Sindicato dos motoristas de ônibus de Manaus, em greve por reajuste salarial. Tropas de choque da polícia militar atiraram contra os sindicalistas: quatro trabalhadores foram gravemente feridos.

O Partido dos Trabalhadores repudia o cerco autoritário do governo e as ameaças e violências cometidas contra a população. E conclama as forças democráticas a rejeitem a LSN e o uso que dela faz o governo de Sarney.

O PT reitera sua linha: o que nesse momento faz avançar a democracia é a ação política organizada das massas em torno das Diretas Já, das emendas constituintes populares e da preparação da greve geral. É nessas lutas que a classe trabalhadora deve concentrar organizadamente suas forças, sem aceitar provocações nem temer intimidações. O PT não se atemoriza, e prosseguirá com firmeza e coragem, mobilizado em defesa dos interesses populares.

A greve contra o Plano Bresser

Dos mesmos trabalhadores que erraram ao apoiar o partido que planejou e concordou com medidas tão impopulares, espera-se a greve geral contra a recessão, contra a fome, contra o desemprego e por Diretas-Já

Os assalariados deste País perderam 37,74% de seus salários desde o início do Plano Cruzado. Como agradecimento, milhões ainda depositaram sua fé, em 15 de novembro, no partido que os brindou com mais este sacrifício, o PMDB.

Enquanto o leite sumia, a carne (carne?) faltava, o arroz subia e o feijão acompanhava, os 10 maiores bancos lucravam mais de 30 bilhões de cruzados só nos primeiros seis meses do Plano I.

O trabalhador perdia.

Eleições passadas, o País mergulhou em nova crise. Bem, não exatamente o País, mas sim os assalariados que, com a cabeça debaixo d'água, tentam emergir em lutas de caráter meramente economicista: repor as perdas era questão de vida ou morte. As greves, a maioria delas reprimida, mostraram a todos a verdadeira face de quem queria "ajudar os trabalhadores a resgatarem a dívida social deste imenso Brasil".

A hipertrofia do capital financeiro, assentado em lucros diabólicos e inadmissíveis, aprofundou ainda mais o fosso entre a miséria e a luxúria. Milhares de microiniciativas quebradas. A maior parte delas, com o dinheiro sacado da poupança, concluiu que este ainda é o Brasil de quem nada faz.

Os trabalhadores e suas centrais sindicais, admitindo que o governo falava sério, sentaram ainda tortos na Granja oficial e, em meio a uma rala feijoada, receberam do presidente o compromisso de ser, ao menos, consultados caso novas medidas de impacto fossem tomadas para a solução da economia. Passados dois meses do minguado cardápio, veio a indigestão: o governo, sem consultar os trabalhadores como prometera, arvorando-se de Robin Hood (às avessas), edita sua terceira tentativa: o Plano Bresser.



Comício pelas Diretas - 12/7/87 - na Praça da Sé, em São Paulo

Este recusou-se a comentar. É piada! E de mau gosto! É recessivo. Arrocha e congela arrochados salários enquanto sentencia uma pitoresca tabela com preços mais altos dos que hoje estão selados em produtos existentes. Como de praxe, o Plano vem antes de um feitiço, vem com muito marketing e alarido, maquiado com uma cara de vitória. Os em-

presários, em sacrifício extremo (sic), consentem em perder. O governo, austero, aceita o ônus de uma possível mudança de voo em pleno ar.

E os assalariados? Bem, para esses, o Plano é outro... Para esses, o governo propõe um pacto. O mesmo, sem tirar nem pôr, que tentou entrar em cena inúmeras e infrutíferas vezes empurrado pelo mesmo

pistolão. A justificativa, que desde Getúlio Vargas é sempre a mesma, fala em trabalho, ordem e sacrifício. O pacto, segundo o governo, tem que sair, os trabalhadores trabalhar e, com isso, o Brasil crescer.

Ora, mas sacrifício de quem? Dos banqueiros? Dos grandes empresários e latifundiários? Certamente não é do sacrifício deles que fala o governo... Acaso não é este o mesmo governo que até agora beneficiou somente os grandes proprietários, fazendo-os mais ricos e mais fortes? Acaso é honesto propor-se pactos entre partes desiguais?

Em todas as horas de dificuldades passadas pela classe dominante deste País, os trabalhadores são convidados a pactuar. Na hora de se repartir o produto obtido, não é pacto, não há trabalhador, há somente o lucro e a avarizia. Essa história de pacto move a roda da história deste continente, mas, para os assalariados, move-a para trás.

Do governo, espera-se a dignidade de que, reparando suas falcatruas, recomponha ao menos os 37,74% do salário extorquido dos trabalhadores em pouco mais de um ano. Dos trabalhadores, espera-se o resgate do erro cometido ao referendarem o partido que planejou e assentiu medidas tão impopulares, organizando-se, preparando sua greve geral. Greve de caráter político. Contra a recessão, a fome, o desemprego. Por reposição das perdas, contra uma dívida externa extorsiva e por eleições diretas para presidente da República.

Entre a greve e o pacto, a sabedoria está em quem tomar a iniciativa. Disso depende a sobrevivência de milhões. E, em questão de sobrevivência, ninguém entende mais que o assalariado.

Este é o verdadeiro pacto feito entre partes iguais: a parte que cabe aos trabalhadores.

Luiz Eduardo Cheida

A questão do poder

Não deixe de ler este discurso de Shafik Handal, comandante do PC Salvadorenho. A venda na sede nacional por Cz\$ 20,00



A implosão das contas públicas

Os gastos do Tesouro com juros da dívida chegam a 40 por cento de suas receitas. É isso que compromete os programas de saúde, educação, saneamento e transporte.

O déficit financeiro do setor público se constitui, atualmente, na grande fonte de pressão sobre os recursos fiscais do governo. O exame dos componentes não-financeiros do déficit (investimentos, gastos com pessoal e custeio) indicam que os mesmos vêm sofrendo uma grande compressão, em termos reais, desde o início desta década. O mesmo pode-se afirmar das despesas do orçamento fiscal, que se traduzem nas funções clássicas do Estado (educação, saúde, saneamento).

O componente financeiro do déficit é representado pelos serviços das dívidas (externa e interna) das empresas estatais e pelos serviços da dívida externa assumida pelo governo e contabilizada no Banco Central. Segundo o documento "Brasil Programa Econômico" (BACEN - vol. 14, fevereiro de 1987), a dívida líquida do setor público estava em torno de 132,6 bilhões de dólares em 1986, sendo a parte externa representada por US\$ 79,9 bilhões (60,3%) e a interna por US\$ 52,7 bilhões (39,7%). Na sua composição o governo central e o Banco Central participavam com US\$ 54,2 bilhões e os governos estaduais e municipais com US\$ 16,1 bilhões.

Para fazer face ao crescimento dos serviços da dívida, componente financeiro das necessidades anuais de financiamento do setor público, o governo tem transferido somas crescentes de recursos do orçamento fiscal para o orçamento das estatais (SEST) e monetário. Esse processo de transferência compromete seriamente os gastos com os serviços públicos, tais como saúde, educação, saneamento, transportes coletivos, que se encontram em péssimas condições e com oferta muito aquém da procura. Tais transferências se situam em torno de 40% das receitas do Tesouro.

Atualmente, as contas do orçamento SEST e monetário não são sequer examinadas pelo poder Legislativo. O controle nas aplicações de recursos públicos requer profunda mudança no sistema das contas públicas no Brasil.

Do orçamento monetário devem ser eliminadas todas as contas identificadas com o Orçamento Fiscal, permanecendo somente aquelas identificadas com suas funções monetárias. O Banco Central deve ser um órgão autônomo, com diretoria indicada pelo poder Legislativo e com mandato não coincidente com o do presidente. As eliminações das contas fiscais do orçamento monetário cortaria o processo de transferência de recursos do orçamento fiscal. Essa reforma foi em parte implementada pelo Plano Bresser.

Do orçamento SEST devem

ser eliminadas as empresas típicas de governo, que deverão fazer parte, sim, do orçamento fiscal. No orçamento SEST ficariam somente as empresas produtivas estatais. Estas devem adotar uma política de autogeração de recursos, por meio da adoção de preços e tarifas reais para os seus produtos e serviços, principalmente aqueles voltados para o setor produtivo privado. Essa política evitaria o subsídio via preços e tarifas dado ao setor privado, que é principalmente o setor oligopolístico. Para evitar o repasse da adoção de preços e tarifas reais, deve-se lutar pelo controle de preços em tais setores. As empresas produtivas estatais podem melhorar substancialmente suas receitas próprias com tal política, diminuindo o corte da transferência de recursos do Tesouro.

O poder Legislativo deve estipular um percentual (no máximo 10% da receita do Tesouro), que poderia eventualmente ser transferido ao Orçamento SEST. Deve-se exigir transparência quanto a aplicação de tais recursos. Assim se poria um fim à sangria sofrida pelos recursos do Orçamento Fiscal que deverão ser vigiados pelos parlamentares e cidadãos, para que suas aplicações venham em benefício da melhoria do padrão de vida dos trabalhadores brasileiros.

Luiz Carlos Mereg

CAMISETA DAS DIRETAS

A camiseta do PT pelas Diretas Já está pronta. Procure no Diretório Regional de seu Estado. Aguarde: BN especial sobre a Campanha Nacional de Finanças.

Enquanto isso, em Brasília...

Oscar





Clareiam-se as posições na política brasileira

A questão do mandato foi uma divisora de águas e ajudou a delimitar a bipolarização entre conservadores e progressistas: a direita ganhou na repressão e a esquerda avançou na mobilização popular.

O primeiro semestre deste ano mostrou um estado de tensão e equilíbrio precário entre os conservadores e os progressistas e acentuou uma bipolarização que vai tornando mais clara a luta de classes no país.

Do lado conservador, e no plano institucional, o fato mais significativo foi a exigência de Sarney por cinco anos de mandato.

Ataque autocrático contra a soberania do Congresso Constituinte, o gesto desorientou parlamentares centristas e independentes e deslocou o eixo das atenções políticas para o mandato. Se o Brasil fosse de fato uma democracia, a questão nem seria colocada; como não é, o tema passou a ser um divisor de águas, dentro e fora do Congresso.

A exigência dos cinco anos significou um lance do Planalto para formar um bloco parlamentar (ou um partido) conservador e continuista, capaz de enfrentar as previstas batalhas democratizantes, no Congresso e nas ruas. Foi completado por manobras, promessas e concessões a que dificilmente resistem parlamentares fisiológicos, inclusive do PMDB.

Os conservadores também foram eficientes na formação de lobbies que vêm conseguindo bombardear muitas das propostas democráticas para a futura Constituição. Essa brutal pressão de direita não tem encontrado contrapartida à altura por parte de muitos progressistas, vacilantes e hesitantes entre o "institucional" e o "popular".

Pacotes e Pressões

Outro lance foi o Plano Bresser-Sarney. O Planalto, baseado na falta de resposta concreta imediata da classe trabalhadora a pacotes semelhantes anteriores, instituiu, com o Plano Bresser, um dos maiores arrochos salariais da História. O Plano aperfeiçoou o amoldamento da economia brasileira às receitas do FMI, gera recessão e desemprego, aumenta a carestia, salva os credores externos do perigo da moratória, e evita que os capitalistas internos corram o risco de perder lucros.

No plano das mobilizações populares, a direita, por meio da UDR, fez demonstrações milionárias bem organizadas e eficazes contra a reforma agrária e a democracia. Além disso, os conservadores despertaram a simpatia de setores amplos da burguesia e dos estratos mais altos da classe média, apelando para o ceticismo despolitizante e para interesses corporativistas e antipopulares.

Repressão Aumenta

Mas onde a direita realmente vem conseguindo vitórias expressivas é, como sempre, no plano da repressão. Foi em nome das Forças Armadas que a burguesia impediu a ruptura democrática, em 1984, e fez a chamada "transição conciliadora", ideada

por Tancredo e realizada por Sarney e pela cúpula conservadora do PMDB e do PFL. Mas os militares abandonaram o ar discreto dos primeiros momentos e se apresentam cada vez mais ostensivamente em defesa de um projeto burguês direitista.

As Forças Armadas têm feito intervenções diretas nas greves de marítimos e petroleiros, intromissões nos trabalhos do Congresso, ameaças e intimidações ostensivas nas manifestações populares. Tudo isso indica um possível caminho de retorno dos quartéis a uma posição aberta de poder.

O Planalto também usa outras formas de luta: aplicação da Lei de Segurança Nacional contra supostos suspeitos das manifestações do Rio; ameaças de enquadramento a dirigentes partidários e sindicais; indiciamento criminal de oradores dos comícios das diretas; presença intimidadora de milhares de soldados fortemente armados em praça pública; insinuações de "planos" e "conspirações", feitas por Brossard e Tuma; invasões de sindicatos e baleamento de trabalhadores.

E a extrema-direita civil, hoje em dia representada principalmente por latifundiários, escorada nos exemplos das Forças Armadas e de ministros "civis" do Planalto, vai das palavras à ação e continua assassinando trabalhadores e líderes rurais: um dos últimos foi Paulo Fontelles, advogado e dirigente do PC do B no Pará.

Articula-se a Oposição

No campo oposto, os progressistas conseguiram duas vitórias institucionais importantes. Uma foi a batalha parlamentar que começou com a aprovação de dispositivos de maior abertura no regimento do Congresso Constituinte e prosseguiu com relató-

rios e emendas que significam alguns avanços democráticos, embora incompletos.

Nesse contexto, vale lembrar que o PT conseguiu apresentar seu Projeto de Constituição. É um projeto ainda falho, mas, sem dúvida, a peça mais coerentemente progressista de tudo o que foi apresentado ao Congresso Constituinte.

Outro avanço foi o início da formação de articulações progressistas e oposicionistas que, tanto dentro quanto fora do Parlamento, constituem a contrapartida ao bloco conservador montado por Sarney. São articulações ainda embrionárias e sumamente elásticas: sua amplitude varia de acordo com os temas em discussão. Mas já permitiram aproximar lideranças progressistas e podem vir a gerar, dentro do PMDB, uma ala "esquerda" para contrapor-se à acelerada direitização da cúpula e da maioria parlamentar do partido governamental. A confusa convenção em que o PMDB decidiu não decidir sobre o mandato serviu, porém, para melhor delimitar o setor progressista do partido, ainda que tenha sido o perdedor da reunião.

As Diretas nas Ruas

No plano da mobilização popular, a campanha das Diretas-Já, acoplada ou não à das emendas constitucionais, finalmente ganhou as ruas, depois de hesitações, atrasos e confusões. Os primeiros resultados são significativos: os comícios de Brasília (7/7) e São Paulo (12/7) e a passeata do Rio (17/7) foram sucessos. Pode crescer, agora, com a oficialização da indefinição da cúpula do PMDB. Apesar do fingido desdém devotado pelo governo e pelos meios de comunicação, a repressão contra o PT e o PDT aumentou, como reação.

As emendas populares, apesar do atraso, também estão recebendo milhares de assinaturas.

Multiplicaram-se em todo o país as reuniões, os debates, os atos públicos, promovidos por partidos, centrais sindicais, entidades populares, organismo de todo o tipo. O ceticismo e a apatia que pareciam caracterizar a atitude popular nos primeiros meses do ano vêm sendo substituídos por engajamento crescente, embora ainda insuficiente.

As greves setoriais e parciais por melhores condições de trabalho também se alastram. A mais notável foi a dos servidores públicos de quase todos os Estados do país pela cobrança do gatilho ou contra sua eliminação. Aqui, os trabalhadores públicos obtiveram importantes vitórias políticas — como a imposta ao governador Quéricia, de São Paulo.

Explosões Populares

Também ocorreram várias explosões populares: quebra quebra de ônibus em Goiânia e Rio, e em hair-ros e outras capitais; apedrejamento do ônibus presidencial no Rio; saques de supermercados em São Paulo, Rio e outras cidades etc.

São expressões de desespero, com alta dose de espontaneidade e improvisação. Embora compreensíveis como fruto da superexploração e da prepotência patronal e governamental, esses surtos de revolta indicam alto grau de inorganização, desorientação política e descontrole. Não deixam saldos organizacionais e ideológicos e geram pretextos para maior repressão. Sua eficácia política é duvidosa. No limite, pode propiciar caldo de cultura para o populismo fascista, civil ou militar.

A Greve Geral

Forma de luta completamente distinta é a preparação da greve geral. Corrigindo falhas anteriores, dessa vez as lideranças conseguiram estabelecer fóruns comuns para discutir a greve geral como forma de pressão contra o patronato e o governo, a fim de se obter conquistas nos planos econômico, social e institucional.

A fixação das bandeiras comuns e da data da greve pode ter criado algumas dificuldades. Mas houve significativo avanço no terreno do entendimento comum: pela primeira vez nos últimos tempos, a greve geral não aparece como "coisa apenas de sindicalistas", mas como uma ação política organizada, que inclui o movimento sindical, o movimento popular e partidos políticos.

É um passo importante, que terá seus frutos no futuro.

Perseu Abramo

Decisões previsíveis do PMDB e do PCB

A Convenção do PMDB (Brasília, julho), em que o partido adiou a decisão sobre o mandato de Sarney e delegou a seus constituintes, teve vários efeitos:

1) - evitou o racha formal do partido, mas acentuou a cisão entre cúpulas e bases;

2) - Sarney recuou na tentativa de incorporar todo o PMDB como incondicionalmente governista, ou de provocar o racha aberto para expurgar os dissidentes. Apesar de semiderrrotado, provou ainda ter força no PMDB;

3) - a derrota da decisão por quatro anos era previsível. A única forma de um partido-frente do tipo do PMDB continuar inteiro é não definir-se sobre questões cruciais. A derrota das lideranças progressistas marcou a retomada do poder interno do partido por Ulysses e pela ala centro-direitista. Uma provável consequência é que agora muitos peemedebistas, individualmente, entrem na campanha das diretas já e até se desgarrem do partido

4) - não foi somente sobre o mandato que

o PMDB decidiu não decidir. A convenção aprovou por aclamação, sem discussão, o documento econômico do partido, que evita qualquer crítica ao Plano Bresser. Foi, também essa, uma solução para evitar o racha formal do PMDB, mas que não impede o acentuado declínio de seu prestígio.

O 8.º Congresso do Partido Comunista Brasileiro (Brasília, julho) manteve o partido na mesma posição de união de classes que é sua característica. Mas avançou alguns centímetros à esquerda: não é mais incondicional o apoio do PCB a Sarney e à transição conservadora, e o partido adotou a tese dos quatro anos de mandato. O PCB também faz um aceno ao PT como uma das forças preferenciais em alianças políticas, e tenta unificar CUT e CGT.

Sob a aparência simpática dessas propostas, um erro de avaliação: o PCB terá ainda de caminhar muitos quilômetros na direção da independência de classe, para tornar pensável uma fusão entre a CUT e a CGT. Mas, enfim, vale a intenção.

P.A.

Essa onda pega?

O PRC faz autocritica, dá um passo à frente... e dois atrás

Recebemos estes dias as últimas resoluções (abril/87) do Comitê Central do Partido Revolucionário Comunista, uma das organizações que atuam no interior do PT, mantendo estrutura, direção e finanças próprias. E, sinceramente, ficamos surpresos.

Nas resoluções, em primeiro lugar, seu CC reconhece que "a trajetória política do PRC está marcada por equívocos e imprecisões táticas muito graves no que diz respeito às (...) relações com o Partido dos Trabalhadores". Mais ainda: que o PT "não é uma frente de organizações de esquerda, nem uma organização frentista qualquer, mas um partido que 'não pode ser entendido apenas enquanto um partido institucional'. Aliás, o PRC reconhece mesmo que foi graças à existência do PT que a 'esquerda revolucionária' (leia-se eles mesmos) não foi 'soterrada pela transição burguesa'. É sem dúvida um grande avanço para quem dizia (em outubro/85, resoluções do II Congresso) que o PT era um partido 'hegemonizado por posições reformistas'".

Mas que consequências tira o PRC desse avanço teórico? Com relação a isso, o documento diz que "a tarefa da construção de um partido de massas amplo e combativo não é contraditória com a tarefa da construção de uma organização clandestina estruturada em moldes leninistas". Um passo adiante, dois para trás...

Poderíamos pôr em dúvida o fato do PRC ser "clandestino". Seus dirigentes e membros são conhecidos por muita gente, a começar pelos órgãos de segurança do governo. São, é verdade, "clandestinos" para as massas, que entretanto são as únicas que podem dar real segurança a um revolucionário. Poderíamos pôr em dúvida o fato do PRC ser "estruturado em moldes leninistas", já que o "leninismo" para eles não é leninismo para nós. Mas isso é secundário. O que importa nessa discussão é o seguinte: o PRC acha que sua organização como corpo distinto do PT, com todos os atributos de um partido, contribuiu para a luta pelo socialismo. Nesse sentido, cabe perguntar: contribuiu mesmo?

Na verdade, conforme as resoluções, o PRC "é uma organização ainda muito pequena se comparada com o inimigo de classe. Que pratica um recrutamento defensivo, incapaz de atingir o grande número de ativistas revolucionários do movimento operário e popular, especialmente aqueles mais destacados e influentes". O PRC encontra-se "em cresci-

mento vegetativo (...), pouco mais da metade de suas estruturas regionais possuem comitês dirigentes organizados, várias carecendo de real vida partidária. Na qual só alguns comitês regionais foram capazes de constituir núcleos estáveis, compostos de quadros experimentados e competentes. Em que muitas células vivem num estado de dispersão política e orgânica". Uma organização "que vem sentindo dificuldades financeiras para tomar iniciativas inadiáveis". Enfim, "uma organização pouco inscrita no movimento de massas".

Continua ainda dizendo que o PRC "vem carecendo de uma linha geral para a revolução brasileira". Não possui "uma concepção de partido que articule o núcleo ideológico do leninismo com avanços teóricos exigidos pela luta de classes nas condições do Brasil". Falta-lhe ainda "um projeto claro e sólido de construção partidária". Ressente-se ainda o PRC de uma "tática correta".

Seu comitê central não vem "centralizando o partido na dimensão necessária". Por fim, "o liberalismo grassa no coletivo".

Esse é o PRC hoje, não nas palavras de um crítico, mas nas palavras de seu próprio comitê central! Um partido que admite que não tem projeto de partido; que admite que não tem uma estratégia e uma tática para a revolução brasileira; que admite, portanto, que tudo aquilo que sempre criticou o PT atinge a si próprio! Com a "sutil" diferença de que o PT está inserido no movimento de massas, que o PT é um partido de milhões. Mas, se é isso, companheiros do PRC, por que se justifica manter uma organização à parte do Partido dos Trabalhadores? Por que continuar insistindo num projeto que está fazendo água por todos os lados? Por que não vir para o lado do conjunto do partido construir um PT de milhões de pessoas, de milhões de revolucionários?

Uma coisa é certa: os companheiros do PRC chegaram numa encruzilhada. É impossível admitir com tanta sinceridade que o PRC não deu certo e manter a política atual. Daqui para a frente só há dois caminhos: ou a dissolução no interior do PT ou a construção de uma scita sectária e anti-PT.

Este mês ainda o X Encontro Nacional dos companheiros de O Trabalho decidiu-se pela dissolução. Só podemos esperar que o PRC siga esse exemplo -- quem sabe a onda pega...

Valter Pomar e
Wander B. Prado

PALAVRA DE LÍDER

Na luta por nossos direitos

Jacó Bittar



Estabilidade e 40 horas, direitos que devemos garantir na Constituição e na prática

Só a estabilidade no emprego permitiria aos trabalhadores se organizarem. Estabilidade significa mais empregos desde que adotada, também, a jornada de trabalho de 40 horas semanais (em vigor em países como a Argentina, Colômbia, Equador, Itália, Peru, ou até jornadas menores como na Grã-Bretanha, 37h30, e na França, 39h). Com essas condições teríamos mais gente trabalhando, mais desenvolvimento e, também, a estabilidade do desenvolvimento. Ou seja, o país não precisaria recorrer a expediente do tipo Plano Bresser, que tenta resolver os problemas da economia em apenas 90 dias (o mesmo período que os patrões têm para efetivar ou não um trabalhador em suas empresas).

É verdade que pouco significaria, na prática, o fato de tais garantias estarem escritas na Constituição. Pois a Constituição em vigor, por exemplo, garante em seu artigo 166 o direito de greve, salvo em serviços públicos e atividades essenciais, e afirma que outros direitos seriam definidos em lei ordinária. Entretanto a Lei 4.330 fere o preceito constitucional restringindo tal direito. Qualquer patrão pode agir "inconstitucionalmente", bastando para isso recorrer ao artigo 482 da CLT para demitir um trabalhador a mesmo um dirigente sindical por "justa causa". E, ao recorrer à Justiça do Trabalho, o trabalhador será "considerado culpado até que se prove o contrário", pois terá que encontrar fôlego para sobreviver durante os três ou quatro anos que rolam o processo.

Neste momento, mais do que nunca, os trabalhadores devem manter-se unidos e organizados para lutar pela garantia desses direitos, tanto na nova Constituição quanto na prática.

Há poucos dias, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o maior da América Latina, Luís Antônio Medeiros, tomou conta de um espaço inusitado na imprensa brasileira para criticar as iniciativas para garantir constitucionalmente a estabilidade no emprego, após 90 dias de experiência, e a jornada de 40 horas semanais. É bom lembrar aos leitores que o processo eleitoral pelo qual a entidade acaba de passar (processo em que Medeiros foi eleito) não recebeu sequer um terço do espaço que agora lhe foi aberto para fazer tais críticas.

Misturar alhos com bugalhos foi o que Medeiros fez ao afirmar, sob os

aplausos dos patrões, que é demagogia garantir constitucionalmente a estabilidade no emprego e a jornada de 40 horas.

É certo que não existe estabilidade em nenhum lugar do mundo. Mas é má fé comparar as economias européias e socialistas com a economia brasileira. A ditadura Vargas e os mais de 20 anos de regime militar criaram uma legislação onde o trabalho é sempre secundário em relação ao capital. Basta verificar que diante de qualquer crise do capitalismo as primeiras vítimas são os trabalhadores, que perdem seu poder aquisitivo e seus empregos.

O capitalismo brasileiro trata o trabalhador não como um consumidor, como uma parte do mercado, que vende sua força de trabalho e compra produto e serviços, mas sim como uma concorrente que deve ser eliminada a qualquer custo. Nas economias européias e socialistas isso não acontece. Lá o trabalhador tem uma estabilidade que poderia ser denominada de social, ou seja, enquanto aqui o projeto econômico marginalizou o trabalhador, na Europa e no chamado mundo socialista ele foi integrado tanto como fornecedor de mão-de-obra como consumidor.

É preciso, ainda, resgatar dois aspectos sobre esse assunto: Medeiros alega que em tempo de crise econômica, como acontece agora, a estabilidade teria um papel positivo e que em época de desenvolvimento seria uma camisa-de-força. Estabilidade para ele é sinônimo de escravidão, de total obediência? Pois não o é para os trabalhadores. Estabilidade significa apenas que os patrões não poderão dispor dos trabalhadores quando bem entenderem. A estabilidade de emprego, assim como outras iniciativas, não irá revogar a lei da oferta e da procura.

Outro aspecto é o argumento da burguesia de que os trabalhadores aproveitariam a estabilidade para "fazer corpo mole" (tal como os colonizadores que diziam que os índios brasileiros eram vagabundos por não se submeterem aos portugueses). Arma que os opressores de todos os tempos utilizaram contra os oprimidos. Para quem ainda não se convenceu disto, basta visitar uma linha de produção de qualquer indústria para ver que o trabalhador, dito vagabundo, seria esfaqueado pelos equipamentos e pelos cronômetros implacáveis, presentes em todas as fábricas.

ASSINE

BOLETIM
NACIONAL



Paulo Delgado



Florestan Fernandes



José Góes



Otávio Dutra

Está concluída a primeira versão da futura Constituição brasileira. O Projeto da Comissão de Sistematização, salvo alguns aspectos positivos, tem uma estrutura marcadamente conservadora.

Neste processo, a bancada petista, apesar de pequena, ocupou todos os espaços disponíveis. Foi a única capaz de oferecer propostas globais e concretas que refletissem o perfil programático e a ação política do Partido. Foi a bancada que apresentou mais iniciativas em relação ao número de membros. Os constituintes petistas lutaram incessantemente pela 835 emendas apresentadas, mas, o rolo compressor dos retrógrados impôs um recuo nos projetos finais das Comissões.

Agora temos pela frente uma nova etapa de luta: garantir efetivamente as conquistas feitas até aqui e procurar virar o jogo através das emendas populares.

Foi vencida mais uma etapa da Constituinte, no último dia 11 de julho. Pode-se dizer que acabou o primeiro tempo do jogo. Após cerca de cinco meses de atividades, está pronto o esboço inicial do que virá a ser a futura Constituição brasileira; trata-se do Projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização com base nos relatórios das 24 Subcomissões e 8 Comissões.

O Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização alinha dispositivos extremamente retrógrados (principalmente na parte referente à Ordem Econômica) ao lado de dispositivos mais avançados (presentes nas partes referentes aos Direitos e Garantias e à Ordem Social), que traduzem, de certa forma, expectativas da sociedade brasileira por mudanças que propiciem melhores condições de vida e trabalho. É este projeto que serve, já a partir de sua aprovação, de texto-base para a apresentação de emendas e substitutivos que conduzirão à versão da nova Constituição, a ser promulgada, provavelmente, no final deste ano ou no início de 1988.

Para que a Comissão de Sistematização pudesse chegar ao seu projeto, foram vencidas diversas etapas: discutiu-se e elaborou-se o Regimento

Interno, foram apresentadas propostas e realizadas audiências públicas, as Subcomissões e Comissões efetuaram um trabalho bastante intenso e, finalmente, a Comissão de Sistematização chegou à compatibilização dos relatórios originados de todo o trabalho desenvolvido no primeiro semestre de 87. A opção por esse sistema mais longo de elaboração do Projeto de Constituição, resultante em grande parte da pressão exercida pelo PT, revelou-se extremamente acertada. Tivesse sido adotado o modelo proposto pelos setores conservadores — com a consequente confecção, por uma Comissão formada por alguns constituintes, de um Projeto de Constituição com base no qual seriam iniciados os debates — tudo teria sido mais simples e mais rápido; porém, a participação dos setores organizados da sociedade no processo constituinte estaria completamente inviabilizada, impedindo-se até mesmo a conquista dos poucos avanços obtidos até agora.

Em todas as etapas da Constituinte, a bancada do PT, embora extremamente pequena em tamanho (são 16 petistas em um total de 559 constituintes), procurou ocupar todos os espaços disponíveis, sendo, indiscutivelmente, a bancada que mais iniciativas apresentou em relação ao número de membros (ver quadro 1). A marca da atuação dos constituintes petistas foi a preocupação em afirmar o PT como um pólo alternativo à maioria conservadora capaz de oferecer propostas globais e concretas que refletissem o perfil programático e a ação política do Partido. Assim é que a bancada petista foi a única a dar entrada a uma Proposta Global de Regimento Interno e a um Projeto Global de Constituição, apresentando-se de forma transparente perante a Constituinte e a sociedade.

Definindo as regras da Constituinte

A discussão e elaboração do Regimento Interno duraram cerca de dois meses. A bancada do PT procurou interferir na definição das regras desde o início, em fevereiro, tendo tomado a iniciativa de defender, logo na sessão solene de instalação da Constituinte, por intermédio do deputado José Genóio (SP), o direito ao uso da palavra pelos líderes das bancadas partidárias. Na sessão seguinte, por ocasião da eleição do Presidente da Assembleia, os constituintes petistas, através de questão de ordem levantada pelo deputado Plínio de Arruda Sampaio

(SP), questionaram a interferência nos trabalhos de elaboração da nova Constituição dos senadores eleitos em 1982, obrigando o Plenário a votar a matéria. Essas intervenções iniciais, embora frustradas pelo peso hegemônico dos setores conservadores, fixaram a imagem de uma bancada ativa e empenhada na construção de regras regimentais democráticas e capazes de propiciar condições mínimas de controle e participação por parte da população.

A bancada do PT, ao apresentar sua proposta de Regimento Interno e ao efetuar sistemáticas intervenções em Plenário, além de participar de inúmeras reuniões e apresentar 35 emendas aos sucessivos Projetos de Regimento Interno oferecidos pelo relator da matéria, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB/SP), interferiu decisivamente para a inclusão no Regimento da Constituinte de vários dispositivos para assegurar a participação popular: apresentação de sugestões, realização de audiências públicas, apresentação de emendas populares e de convocação de consulta plebiscitária.

Aprovado o Regimento, a bancada petista, por intermédio do gabinete da liderança e juntamente com a Comissão Constitucional do Diretório Nacional, elaborou, no mês de abril, o Manual da Constituinte, com uma tiragem de 10 mil exemplares, destinado a explicar à sociedade o funcionamento da Constituinte e os meios de realização da pressão popular.

O Projeto de Constituição do PT

Na etapa de apresentação de sugestões, a bancada petista procurou estimular e viabilizar ao máximo a apresentação de reivindicações e contribuições por parte das entidades representativas dos trabalhadores da cidade e do campo. Nessa etapa a bancada do PT mereceu destaque especial por ter sido protagonista de uma iniciativa julgada inédita na história constitucional brasileira. Provavelmente pela primeira vez um partido político encaminhou a uma Constituinte, por intermédio de sua bancada, uma proposta global de texto constitucional: O Projeto de Constituição da República Federativa Democrática do Brasil.

Com 273 artigos, o Projeto foi encaminhado no dia 6 de maio ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB/SP). Na ocasião o deputado Luiz Inácio Lula da Silva, líder da bancada, pronunciou um discurso no qual fez a leitura da Exposição

QUADRO 1: INICIATIVAS DA BANCADA DO PT NAS DIVERSAS ETAPAS DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

ETAPAS	INICIATIVAS DO PT
ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO	PROPOSTA GLOBAL DE REGIMENTO INTERNO (59 ARTIGOS) 35 EMENDAS AOS SUCESSIVOS PROJETOS DE REGIMENTO INTERNO DO RELATOR DA MATÉRIA
APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS	PROJETO GLOBAL DE CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO BRASIL (273 ARTIGOS)
24 SUBCOMISSÕES	251 EMENDAS AOS SUCESSIVOS PROJETOS DOS RELATORES DAS SUBCOMISSÕES
8 COMISSÕES	835 EMENDAS AOS SUCESSIVOS PROJETOS DOS RELATORES DAS COMISSÕES
COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO	88 EMENDAS AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO DO RELATOR DA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

QUADRO 2: PRÓXIMOS PASSOS

PERÍODO	INSTÂNCIA	ATIVIDADES
JULHO/AGOSTO	PLENÁRIO	- Recebimento do Projeto de Constituição pela Mesa - Publicação do Projeto de Constituição no Diário da Assembleia Nacional Constituinte e em avisos para serem distribuídos às autoridades dos Poderes Executivos, Legislativo e Judiciário e demais organizações da sociedade civil - Realização de sessões para a discussão do Projeto de Constituição - Apresentação de Emendas pelos Constituintes ao Projeto de Constituição - Apresentação de Emendas ao Projeto de Constituição submetidas por pelo menos 30.000 eleitores em listas organizadas por, no mínimo, 3 entidades assiativas (emendas populares até 30 e as demais a partir da publicação do Projeto) - Apresentação, pelos Constituintes, de Projetos de Resolução destinados a requerer matéria para a consulta plebiscitária - Os Projetos de Resolução poderão ser apresentados até 10 dias após a publicação do Projeto de Constituição e, após o recebimento, Emendas e Pareceres da Comissão de Sistematização serão apresentados pelo Plenário em caráter prioritário
AGOSTO	COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO	- Recebimento do Projeto de Constituição e das Emendas e das sugestões - Elaboração de Pareceres sobre as Emendas que entrarão, ou não, em consideração para a apresentação de Substitutivo ao Projeto de Constituição. Se não houver Substitutivo, o Projeto irá a Plenário para primeira votação. Se houver Substitutivo, o mesmo poderá receber outras Emendas dos Constituintes que terão prioridade na Comissão de Sistematização antes de serem encaminhadas ao Plenário para primeira votação
SETEMBRO	PLENÁRIO	- Primeira votação do Projeto de Constituição ou, se for o caso, de Substitutivo, bem como das Emendas relativas ao Projeto e ao Substitutivo

ção de Motivos do Projeto. Nela se reconhece que "no processo de elaboração do Projeto a participação do conjunto do Partido, embora relevante para os padrões da política brasileira, não se deu plenamente da maneira que o PT procede na tomada de suas deliberações mais importantes". Ressaltando-se, todavia, que "em razão do conteúdo das questões que envolvem a redação de uma Constituição e suas implicações para o presente e para o futuro de nosso povo, o PT não poderia intervir adequadamente na Assembleia Nacional Constituinte sem uma carta política". A Exposição de

Motivos (publicada na íntegra da edição de junho do Boletim Nacional) conclui com a expectativa da bancada do PT e do Partido como um todo de que o Projeto de Constituição "seja um instrumento a mais na luta pela construção, em nosso país, de uma sociedade justa, sem exploração e democrática".

O Projeto de Constituição do PT, fruto do Anteprojeto do professor Fábio Konder Comparato e discutido em reunião especial do Diretório Nacional e em inúmeras reuniões da Comissão Executiva Nacional e da bancada na Constituinte, sempre com a assessoria



Benedita da Silva



Eduardo Jorge



Luís Gushiken



Irma Passoni

da Comissão Constitucional do Partido, veio a se somar a 148 propostas setoriais formuladas igualmente na fase de apresentação de sugestões e através das quais os constituintes petistas procuraram aprofundar o tratamento constitucional de alguns temas tratados de maneira relativamente superficial na proposta global.

A disputa nas Comissões e Subcomissões

As Subcomissões e Comissões foram os cenários iniciais da disputa acerca do conteúdo da futura Constituição. As discussões e votações começaram a demarcar as diferenças políticas e ideológicas. Em cada Subcomissão e em cada Comissão principiou-se o confronto entre setores conservadores, nitidamente majoritários, e setores progressistas, empenhados na perspectiva da transformação da sociedade. Se, em algumas instâncias — como a Comissão da Ordem Social — os progressistas obtiveram vitórias expressivas, o rolo compressor conservador obrigou os constituintes mais comprometidos com os anseios populares a abandonar a reunião de votação da Comissão da Ordem Econômica.

O trabalho das 24 Subcomissões, realizado em abril e maio, desenvolveu-se sob um clima bastante positivo, derivado da forte presença dos setores organizados da sociedade na Constituinte que tiveram participação ativa nas audiências e na apresentação de sugestões. Como resultado dessa ação, os sucessivos Projetos dos relatores das Subcomissões tenderam, em regra, a adotar posições mais progressistas, que se refletiram em um número relativamente pequeno de emendas apresentadas pela bancada do PT. As 251 emendas destinaram-se, principalmente, a aperfeiçoar os Projetos dos relatores, sendo muitas delas aprovadas e incorporadas aos projetos finais.

Já nas 8 Comissões o quadro se alterou. A inexistência de audiências públicas, que enfraqueceu a pressão popular, aliada a uma forte contraofensiva conservadora levou os relatores das Comissões a defenderem Projetos bem mais retrógrados, obrigando a bancada petista a se empenhar arduamente na tentativa de defender avanços conquistados nas Subcomissões e conquistar outros tantos avanços.

Assim é que Projetos bastante bons elaborados por algumas Subcomissões foram praticamente ignorados pelas Comissões, como, por exemplo, os da

Subcomissão de Garantia da Constituição e da Subcomissão do Sistema Financeiro. Os constituintes do PT lutaram arduamente por cada uma das 835 emendas apresentadas, verificando-se, todavia, um recuo nítido nos Projetos finais aprovados nas Comissões.

O Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização

Com base nos projetos oriundos das comissões caberia à Comissão de Sistematização, segundo o Regimento Interno, efetuar uma simples consolidação e compatibilização dos dispositivos existentes em tais Projetos, a fim de produzir um texto único: Projeto de Constituição a ser discutido e emendado pelos constituintes até se chegar ao texto definitivo da nova Constituição brasileira.

Os setores conservadores procuraram fazer com que a Comissão de Sistematização, ao invés de se limitar meramente a consolidar os Projetos a ela encaminhados, discutisse o conteúdo desses Projetos. A estratégia, bastante óbvia, objetivava a derrubada das conquistas progressistas ainda recentes. Tendo o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM), apresentado a sua proposta de Projeto de Constituição, quando se limitou a compatibilizar os Projetos das Comissões, os setores conservadores, mais uma vez com o precioso auxílio dos meios de comunicação, iniciaram um trabalho persistente de desqualificação dessa proposta, apresentando um número de emendas extremamente grande, a fim de provocar a discussão de seu mérito. Do Palácio do Planalto saíram críticas abertas ao texto do relator, numa clara e indevida interferência na atividade constituinte, cabendo ao líder do governo na Câmara, Carlos Santana (PMDB/BA), a direção ofensiva conservadora.

A bancada do PT, diante desse quadro, juntamente com outros setores progressistas, fez a defesa do Regimento Interno e rejeitou a possibilidade de se discutir nessa fase dos trabalhos o conteúdo dos Projetos das Comissões e da proposta de Projeto de Constituição, elaborada pelo relator com base em tais Projetos setoriais. Os constituintes petistas apresentaram apenas 88 emendas, num total de mais de 5 mil, objetivando tão somente corrigir imperfeições no texto do relator, sem entrar, porém, no mérito desse texto.

Prevaleceu, ao final, o disposto no

Regimento Interno, tendo os setores conservadores sido obrigados a recuar diante da possibilidade de um confronto político de graves proporções no interior da Comissão de Sistematização. Foram incorporadas apenas emendas corretivas ao texto do relator — várias delas do PT — convertendo-se tal texto no Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

Contendo 496 artigos, o Projeto tem sido bastante atacado, notadamente pelos setores mais conservadores da Constituinte e da sociedade, que o acusam de ser extenso, prolixo, redundante, contraditório e incapaz de funcionar como instrumento regulador da vida política, econômica e social brasileira. Se é verdade que o texto, sendo uma versão inicial e meramente sistematizada de outros textos, apresenta alguns defeitos de ordem formal, o que está por trás das críticas é a oposição conservadora. Com relação à inclusão no Projeto de alguns poucos dispositivos que contemplam bandeiras históricas dos trabalhadores, tais como a estabilidade no emprego e o regime de 40 horas semanais de trabalho.

Na verdade, o texto do Projeto de Constituição, ressalvados alguns poucos aspectos positivos, tem uma estrutura marcadamente conservadora, principalmente na parte referente à Ordem Econômica: a Reforma Agrária e a Reforma Urbana são praticamente inviabilizadas, e a desnacionalização da economia brasileira está presente com muita ênfase. Em relação ao Projeto de Constituição do PT, o Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização incorpora um número relativamente pequeno de propostas petistas, com exceção de alguns dispositivos relativos aos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher e à Ordem Social.

Os próximos passos

Com o Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização pronto, inicia-se o segundo tempo do jogo. Trata-se agora de apresentar emendas a ele no sentido de alterá-lo. A bancada do PT está apresentando um grande número de emendas baseadas no Projeto de Constituição do Partido. Além disso, são de extrema importância as Emendas Populares, que poderão ser apresentadas até o dia 13 de agosto. O quadro 2 registra os próximos passos da Constituinte a se desenvolverem até o final do mês de setembro.

Pedro Dallari



A teoria da prática

Discutindo algumas de nossas concepções e práticas de formação política

Parece haver um sentimento claro e empenho de muitos companheiros em passar do discurso sobre a importância da formação política para uma prática efetiva de estruturação desse trabalho nas diversas regiões. Nesta passagem aparecem muitas dificuldades e alguns equívocos que gostaríamos de comentar a seguir:

1- Há toda uma discussão sobre o grau de autonomia do trabalho de formação política em relação à direção política do Partido. Nessa questão corremos o risco permanente de dois equívocos: por um lado, achar que o trabalho de formação guarda uma autonomia total em relação às orientações e à direção política do Partido; por outro lado, achar que a formação política tem uma dependência absoluta das orientações e da direção política. No primeiro caso tendemos a desenvolver um trabalho desvinculado das necessidades objetivas dos militantes e das práticas organizativas do Partido, o que facilmente nos pode conduzir ao teorismo. No segundo caso podemos cair no imobilismo de ficar esperando todas as definições para se iniciar o trabalho. Ou, ainda, no imediatismo de reduzir o trabalho de formação política a uma simples área de apoio às tarefas organizacionais de campanhas do Partido.

Acreditamos que a relação entre o trabalho de formação política e as orientações e direção política do Partido deve ser compreendida de maneira dialética. O trabalho de formação política deve estar vinculado às orientações e à direção política do partido e, ao mesmo tempo, deve contribuir e impulsionar os militantes a intervir de maneira qualitativa e decisiva na formulação das orientações políticas do Partido.

Para isso é preciso que os programas de formação política sejam estruturados, em cada região, a partir da realidade concreta e dos problemas enfrentados pelo Partido, e que eles sejam pensados numa perspectiva de curto, médio e longo prazos. Isto é importante para garantir que os objetivos e os conteúdos desses programas permitam aos militantes capacitar-se a responder os desafios conjunturais e, ao mesmo tempo, contribuir na elaboração e discussão de temas estratégicos, como por exemplo, a proposta de socialismo do PT.

2- Observamos ainda bastante resistência à idéia que reconhece a existência de diferentes níveis de militância e adequar o planejamento e os programas de trabalho de formação a tais níveis. Diferentemente da visão de vários companheiros que levantam o receio de que esse reconhecimento e adequação possam comprometer o caráter democrático e a socialização do saber, acreditamos que tal reconhecimento de diferentes necessidades e pontos de partida para o trabalho de formação política é a forma mais democrática de se conceber

um programa de formação. Trata-se de precisar "com quem estamos trabalhando", tipo e características de sua prática e a realidade onde se insere. Em outras palavras, as expectativas e os problemas concretos daqueles militantes que devem ser o ponto de partida de qualquer programa de formação política.

Essa caracterização certamente se diferencia, por exemplo, quando estamos trabalhando com militantes de base e com dirigentes regionais do Partido.

3- Outra concepção verbalizada por alguns companheiros é a de que o caráter do PT como "partido de massas, aberto e democrático" ficaria comprometido com a existência de um plano de formação política para seus militantes. Este poderia ser "uma camisa-de-força" que impediria a explicitação das diversas concepções existentes hoje no Partido.

Nós, pelo contrário, acreditamos que esta visão espontaneísta não compreende o tipo de formação política que de fato compromete o caráter do PT. Isto porque só a formação política planejada e bem estruturada permitirá que o conjunto dos militantes do Partido se aproprie do instrumental teórico-prático ne-

cessário para melhorar a sua intervenção política nos movimentos e sua participação efetiva e democrática nas instâncias partidárias e no conjunto das discussões e polémicas existentes hoje no Partido. O trabalho de formação política precisa ter objetivos claramente definidos a curto, médio e longo prazos, etapas estabelecidas, metodologia adequada e divisão de tarefas. Só desse modo poderá cumprir o seu papel de fazer avançar a capacitação dos militantes para se tornarem dirigentes políticos.

4- Ainda constatamos entre muitos companheiros uma freqüente confusão entre "metodologia" e "técnica". Quando se referem à busca de nova metodologia, muitas vezes a reduzem à necessidade de se apropriar de novas técnicas de dinâmica de grupo e de comunicação.

Nós entendemos por metodologia da formação política, da articulação dialética entre a teoria e a prática aplicadas aos processos de formação; a relação entre os objetivos políticos que se deseja alcançar e a realidade da qual partimos; a lógica do processo pedagógico e organizativo que se quer implementar para conhecer a realidade e transformá-la de acordo

com os interesses estratégicos da classe trabalhadora.

A partir dessa definição, acreditamos em que a busca de uma concepção metodológica coerente com os objetivos do trabalho de formação política é um tema e um desafio bem mais amplo e complexo do que o uso de novas técnicas participativas e de comunicação. Essas técnicas, por sua vez, têm uma importância fundamental, porque são ferramentas que facilitam a aplicação dessa concepção metodológica a programas de formação.

5- Por último, também percebemos uma certa tendência em restringir os processos de formação política à realização de cursos. Sem negar a importância destes enquanto momentos mais sistemáticos e intensivos de formação, gostaríamos de lembrar que a elaboração de uma estratégia de formação está vinculada a todos os processos organizativos e de mobilização do Partido, desde garantir a dimensão educativa numa campanha de mobilização de massa até as práticas educativas nas diversas formas organizativas do Partido.

Pedro Pontual
membro do coletivo da Secretaria
Nacional de Formação Política

Uma política para os deficientes físicos

Nem assistencialismo nem discriminação

A primeira publicação do meu trabalho "O deficiente e a Constituinte", no Boletim Nacional do PT, surtiu efeitos acima do esperado.

Os companheiros de vários Estados do Brasil me enviaram correspondência manifestando apoio e solidariedade.

Com essa publicação, esperamos atingir novos objetivos, um deles é esclarecer e consolidar mais um pouco a nossa posição.

O assunto dos portadores de deficiência é visto como uma questão assistencial e paternalista, mas a minha posição como militante do PT e da Arpa - Associação Riograndense de Paralíticos e Amputados, associação da qual são tiradas as bases de nossas propostas - é totalmente contra o assistencialismo.

Entendemos que o problema é social e político, e o principal fator é a discriminação que existe em grandes dimensões, atingindo até o Poder Executivo que, numa ação inconveniente e demagógica do presidente Sarney e do ministro Paulo Brossard, criou uma coordenadoria para tratar o assunto.

Aqui no Rio Grande do Sul foi flagrada uma campanha de recolhi-

mento de assinaturas para o envio de uma proposta popular à Constituinte prevendo que todos os deficientes deverão receber um salário mínimo do Estado.

Essa proposta não provém de nós, mas, sim, de um grupo de pessoas que se diz responsável pelos "excepcionais" (palavra discriminatória), pois o que queremos é apenas a garantia de que será proibida a discriminação. E para isso é necessário que um partido de massas se coloque em oposição a essa política da burguesia.

Outra proposta mais absurda é a de colocar todos os deficientes sob a tutela do Estado. Se isso acontecer, o movimento organizado dos próprios deficientes será totalmente tolhido, pois, uma vez tutelados, não terão voz ativa e não poderão participar de partidos de oposição.

Mas existem entidades que se interessam nesse atrelamento, uma delas é o Centro de Reabilitação de Porto Alegre - Cerepal, que visa se manter através de esmolas que recebe de pessoas que gostam de ter a sua fotografia na primeira página do jornal. Atualmente, essa entidade se declara em péssimas condições financeiras,

mas aqui vai uma pergunta: por que, com o dinheiro recebido de pessoas "caridosas", foi construída uma nova sede para a administração, com ar condicionado, e as salas de aula continuam em péssimas condições, não sofrendo nenhuma reforma? Com isso, podemos constatar que a imagem dos chamados "excepcionais" ganha dinheiro para aumentar suas mordomias.

O que esperamos com este texto é ter a certeza de que os deputados do PT, em sessão plenária, vão votar todos contra qualquer artigo discriminatório, assistencialista ou paternalista, como aquele que pretende pôr todos os deficientes sob tutela do Estado. E, na hora de dar explicações à imprensa, poderão dizer que o PT vê o problema de outras minorias - social e política - inclusive a do deficiente, e que jamais vai contribuir para a exploração dessa imagem, como quer a burguesia.

Esperamos conseguir a unanimidade dos deputados do PT no apoio dessa proposta que se resume apenas na proibição a discriminação, deixando o resto para as leis ordinárias.

Gustavo Müller

Pior que o aborto é a proibição do aborto

Acreditar que proibir o aborto o faz desaparecer é tão ingênuo quanto seria legislar proibindo a desidratação ou a desnutrição

A Direção Nacional do PT, em decisão adequada, resolve estimular o debate sobre a questão do aborto. Apesar de minoritários, não podemos deixar de contestar, em primeiro lugar, os argumentos dos grupos defensores da proibição do aborto.

Enganam-se aqueles que alegam que a proibição do aborto contribui para a diminuição de sua incidência. Se observarmos mais atentamente, veremos que na prática se processa o contrário. A legislação brasileira relativa ao aborto é das mais severas, considerando-se crime em que o médico que o pratica e a mulher que o consente são igualmente puníveis. No entanto, a Organização Mundial de Saúde estima que no Brasil ocorrem cerca de quatro milhões de abortos por ano. Em contrapartida, países com legislação mais permissiva apresentam cifras aborto/ano bem mais baixas.

A punição do aborto, ao contrário de previni-lo, constitui-se num dos fatores responsáveis por sua permanência em elevadas taxas de frequência e pela intensificação de seus efeitos prejudiciais.

Consequências da ilegalidade

Como se sabe, o aborto, por si só, pode trazer consequências biopsicossociais indesejáveis. É um procedimento médico agressivo, principalmente se realizado pelo método de curetagem uterina, em vez do de sucção a vácuo. Em algumas mulheres, desencadeia sentimentos de perda e de culpa, seguidos de um trabalho de luto. Como resultado, pode acarretar prejuízos nas relações sociais e nas atividades laborativas.

No Brasil, o aborto, legalmente considerado crime, tem suas consequências biopsicossociais negativas agravadas ao extremo. A grande maioria das mulheres, não dispondo de recursos financeiros para se utilizar das clínicas clandestinas, pratica o aborto através de métodos rudimentares, expondo suas vidas a risco. Entre outros, são empregados sondas, aparelhos, instrumentos de agressão física e agulhas de tricô. Há um número considerável de seqüelas orgânicas, além de grandes gastos públicos com o atendimento a mulheres que são hospitalizadas devido às complicações de abortos malfeitos.

Pior que tudo, ocorrem até mesmo mortes em proporções provavelmente alarmantes. O aborto se constitui num momento de crise psicológica. Dependendo, entre outros fatores, da forma como o meio intervém sobre a mulher, ela poderá superá-lo adequadamente ou, ao contrário, permanecer com seqüelas emocionais mais ou menos incapacitantes. Como sabemos, no Brasil, essa crise tende, na maioria das vezes, a ser vivenciada às escondidas sob pena de, se trazida às claras, vê-la agravada pela intervenção negativa da lei repressora. Socialmente, a mulher que aborta é marginalizada, acusada de pecado-

ra pela Igreja e catalogada como criminosa pelo Estado.

Portanto, se o aborto em si pode trazer efeitos negativos, no Brasil, pela forma como é legislado, as consequências são mais desastrosas.

Por outro lado, uma gravidez indesejada levada a termo, acarreta prejuízos graves na relação mãe-filho. A mãe tende a rejeitar a criança que não deseja e, como resultado, passa a vivenciar constantes sentimentos de culpa. A criança, por sua vez, pela rejeição crônica desenvolve-se em desvantagem e permanece com uma marca definitiva em seu pequenino ego. Estas crianças estruturam sua personalidade de forma adequada e tendem a repetir esse padrão de funcionamento em suas vidas.

Ilegalidade versus frequência

Aqueles que defendem a penalização do aborto, consciente ou inconscientemente, contribuem para que esse problema se mantenha à margem, negado, fora do debate nacional. Impedem que suas causas sejam livremente estudadas, que soluções sejam apontadas e postas em prática. Argumento bastante conhecido pró-punição é aquele que diz que o aborto "mata uma vida em formação". Ora, se seguirmos esse tipo de raciocínio, teremos de admitir que os métodos anticoncepcionais também fazem o mesmo: "matam pela raiz". Mais ainda, o casal que evita o coito genital nos dias férteis da mulher, consciente e deliberadamente está a impedir uma criança de viver. Outra argumentação defendida é aquela que aponta para o perigo do aumento do número desses atos, caso a legislação os despenalize. Isso não tem se verificado nos cinquenta e um países onde o aborto foi legalizados. Em Cuba, por exemplo, a legalização vem sendo acompanhada pela diminuição gradativa: em cinco anos o número de abortos caiu de 131.536 (1974) para 106.549 (1979).

Acreditar que proibir o aborto o faz desaparecer é tão ingênuo quanto o seria legislar proibindo que haja desidratação ou desnutrição e crer que, assim agindo, de tais males a sociedade estaria curada.

Em síntese, a proibição do aborto, além de agravar possíveis consequências biopsicossociais negativas, não o previne. A proibição, ao transformá-lo em crime, obscurece seu entendimento. Se realmente estamos empenhados na prevenção do aborto, temos obrigatoriamente de focalizar com clareza suas verdadeiras causas, quais sejam os fatores responsáveis pela gravidez indesejada.

A gravidez indesejada

São inúmeros os fatores responsáveis pela gravidez indesejada, entre esses: a desinformação, a repressão sexual e o estado de pobreza.

Sabendo-se que existem momentos em que as mulheres se encontram psicologicamente vulneráveis à gravidez indesejada, onde agem fatores como: o desconhecimento, a negação, a culpa e a ambivalência. O início do relacionamento genital, constitui-se num dos momentos de alto risco. A repressão sexual contribui à medida que não permite a jovem assumir sem culpa sua sexualidade. Como consequência, age de forma ambivalente e nega o fato de estar mantendo relação genital.

A pobreza está diretamente associada à ocorrência de gravidez indesejada. Em nosso meio, pesquisa realizada em uma vila de população sócio-econômica inferior, verificou-se que 76,6% das gestantes não desejavam a gravidez. Esse fenômeno não é explicado simplesmente pela falta de acesso a métodos anticoncepcionais e sim pelo próprio estado de pobreza. Essa condição tende a levar o indivíduo à desestruturação. O mecanismo de negação da realidade predomina, pois é quase impossível tolerar a miséria de outra forma. A preponderância da negação da realidade ocorre sempre que o indivíduo se encontra numa situação intolerável e sem perspectivas de mudanças. Quando não há futuro, vive-se somente o hoje, o "aqui e agora". Para se tomar a pílula ou fazer uso de outro método anticoncepcional urge que se pense no amanhã.

A modificação da lei

Em maio de 1984 a Comissão de Constituição e Justiça rejeitou dois projetos de lei, apresentados pela deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) e pelo deputado Denisar Arneiro (PMDB-RJ), que pretendiam legalizar o aborto no país. Seguindo o parecer do relator, quinze deputados votaram pela rejeição das propostas. Apenas três deputados mostraram-se favoráveis: José Genoíno (PT-SP), Jorge Carone (PMDB-MG) e José Melo (PMDB-AC).

O movimento pró legalização do aborto, seguindo os passos dos países desenvolvidos, tenderá naturalmente a crescer. Mesmo após a elaboração da nova Constituição, outros projetos de lei serão colocados em discussão no Congresso Nacional.

O PT precisa definir-se clara e objetivamente contra a ilegalidade do aborto. Em termos ideais, sou favorável a decisão indicativa do Diretório Nacional da garantia constitucional ao direito da prática do aborto, com assistência e amparo do Estado em todas as fases. Entretanto, temos de permanecer abertos a outros encaminhamentos, evitando isolamentos e permitindo o agrupamento de parcelas progressistas existentes em outros partidos que, tanto quanto nós, defendem a tese da descriminalização do aborto.

Dr. Jorge Alberto Salton

Notas: 1 - Martins, C. 1980. As Trágicas Feridas emocionais do aborto. In: Oitenta, L. & PM Editores, 3:139-145. 2 - Boels, A.E. et al. 1983. Aborto provocado. Estudo epidemiológico descritivo numa maternidade de Florianópolis, Santa Catarina. Ci. e Cult., 35(4):501-506. 3 - Lieberman, E.J. 1974. Informed consent for parenthood. Am. J. Psychoanal., 34:155-159. 4 - Bassol, A.S. 1980. Avaliação de crianças de gravidez indesejada. Trabalho e conclusão do XX Curso de Especialização em Psiquiatria. UFRGS, Porto Alegre. 5 - Peres, L. 1984. Zero Hora, Porto Alegre, 10/03/84, p.31. 6 - Ochoa, F.R.

1984. Cuba: o estado de saúde da população na década de 70 - perspectivas a curto prazo. In: Saúde e Revolução: Cuba, Achiamé/ CEBES, cap. IX, p. 271-312. 7 - Miller, W.B. Psychological vulnerability to unwanted pregnancy. Fam. Plan. Perspect., 5:199-207. 8 - Bumpass, L. e Westoff, C.F. 1979. The "perfect contraceptive" population. Sci., 169:1177-1182. 9 - Salton, J.A. 1980. Gravidez indesejada: fatores psicológicos e sociais associados à sua ocorrência. In: Temas de Psiquiatria. Ed. Artes Médicas C.E. Luis Guedes, p. 103-118.



Campinas contra Weffort

A Comissão Executiva Municipal do PT/Campinas vem por meio desta expressar seu protesto diante das atitudes do companheiro Francisco Weffort, que alimenta há dias nas páginas dos jornais a polêmica acerca da ausência de Lula e de Jair Mene-guelli do seminário da USP.

Nossos companheiros decidiram se ausentar deste evento em sinal de protesto contra o Plano Bresser. É possível compreender que dentro do PT existam os que estejam de acordo e os que não da forma encontrada pelos companheiros para protestar. Mas, seguramente, todos estão contra o Plano Bresser.

O que é inadmissível é encontrar nos jornais freqüentes declarações e um artigo de quase meia página (dia 24/6/87 - pág. 3) na Folha de S. Paulo de autoria do companheiro Weffort, criticando e incentivando as críticas ao procedimento dos dois companheiros.

A história já nos mostrou seguidas vezes a disposição da grande imprensa em caluniar nosso partido (vide assalto da Bahia, caso de Leme etc.), em particular, em momentos políticos importantes como o atual, quando está colocado para nosso PT a enorme tarefa de responder decisivamente aos ataques do governo contra a classe trabalhadora.

Em seu artigo do dia 24, o companheiro não se contenta em criticar Lula e Jair. Vai muito mais longe, responsabilizando "um grupúsculo político que vem usando o PT como escudo" que teria pressionado Lula e Jair para que não comparecessem ao seminário. Um grupo de "patrulhas de dupla militância". Por que Weffort faz esta acusação nas páginas da

Folha? Por que não compra essa briga dentro do partido? Por que não escreveu até aqui nas páginas dedicadas ao debate sobre as tendências no nosso "Boletim Nacional" defendendo sua posição? Por que trata Lula e Jair como dois pobres e inocentes operários manipulados por um grupinho? Qual é esse grupinho? Quais são os companheiros acusados de fazer parte dele? Será que a Folha dará espaço igual em suas páginas para que sejam respondidas estas questões?

Finalmente: por que Weffort não utilizou seu grande espaço para criticar o Plano Bresser e divulgar as propostas do PT para enfrentá-lo? Por que se mostra a fazer o jogo da Folha?

Não é a primeira vez que o companheiro toma esse tipo de atitude e se utiliza da grande imprensa para alimentar as discussões internas do PT. Agora, acreditamos que foi longe demais. Não podemos aceitar que se utilize de seu "status" de ex-secretário geral para atacar o partido. Weffort saiu pela porta dos fundos, sem comprar qualquer discussão interna. Prefere a polêmica fácil, incentivada pelos empresários da imprensa, que não permite resposta aos acusados. Isso se estes se prestassem a discutir problemas internos através dos meios escusos de Weffort.

Nós solicitamos uma manifestação imediata de nossos organismos dirigentes a respeito desse episódio.

Da nossa parte, fica nossa solidariedade com os companheiros Lula e Jair e a decisão de divulgar dentro do partido nossa posição.

CEM/PT-Campinas

Mais uma tramóia dos patrões

No dia 14 de agosto de 1986, os trabalhadores da Petrobrás Mineração S/A - Petromisa, no Estado de Sergipe, entraram em greve devido à demissão de 17 trabalhadores entre os quais 10 dirigentes da Associação Profissional dos Mineiros - Apemise. Nos primeiros 9 dias de greve, houve controle absoluto de todas as instalações industriais da empresa por parte dos trabalhadores. Isso se deu devido ao fato de que a gerência da empresa abandonou a área, e os trabalhadores tiveram de assumir o controle. Após quatro dias de greve, a empresa entrou na Justiça com o pedido de reintegração de posse e, ao mesmo tempo, solicitou à Polícia Federal a abertura de um inquérito para a apuração de responsabilidades, citando alguns nomes de diretores da Apemise, que, no entender da empresa, haviam cometido crime contra a segurança nacional por ter invadido área de propriedade de empresa estatal.

No dia 23 de agosto, houve uma vitória por parte da juíza da Comarca de Maruim/SE, que constatou a inexistência de qualquer indício que caracterizasse uma invasão violenta

por parte dos trabalhadores (...), os trabalhadores continuaram a greve do lado de fora.

E, de lá para cá, o inquérito da Polícia Federal continuou rolando, com interrogatórios a pessoas escolhidas a dedo pela empresa, demonstrando ser uma farsa montada para chegar à incriminação de alguns companheiros.

Até o momento já foram indiciados e fichados, sob acusação de crime contra a organização do trabalho, os companheiros Marcelo Farias Barreto, presidente da Apemise, secretário geral da CUT/SE e membro do Diretório Regional do PT/SE, e José Eduardo de Barros Dutra, secretário geral da Apemise, membro da CUT e primeiro suplente de deputado estadual do PT/SE. Tudo indica que outros companheiros do comando de greve ainda serão indiciados. Já fizemos denúncias à imprensa local e na tribuna da Assembleia Legislativa. Houve boa repercussão, mas ainda é pouco.

João Francisco dos Santos PT/SE

Crise em "O Trabalho"

Uma crise na corrente O Trabalho terminou com a separação de seus militantes. No último BN, o companheiro Luiz Eduardo Greenhalgh abordou o problema, e é sem dúvida positivo que isso seja discutido abertamente nas publicações do partido.

Como é seu direito, o companheiro toma partido. A diferença, segundo ele, oporia um setor favorável ao PT como partido - que por isso se dissolve - e a outro setor favorável ao PT como frente partidária - que por isso mantém a corrente.

No meu entender, a questão é outra e muito mais complexa. Todas as crises guardam um fundo na orientação política, no caso proposta para o partido. Os documentos da polêmica são públicos. Que opinião tem o companheiro sobre as orientações de uns e de outros? Que pensa da questão de como responder ao estrangulamento da nação pelo pagamento da dívida externa? Ou da oportunidade da luta por uma Assembleia Popular Nacional, por exemplo?

De nossa parte, que realizamos o X Encontro Nacional Extraordinário de O Trabalho com o quórum da maioria dos delegados eleitos, estamos apresentando para discussão no partido uma série de resoluções - que não cabe aqui reproduzir - buscando contribuir para armá-lo frente à aguda situação do país. Reafirmamos ali nossa disposição de integrar a Articulação, como corrente, sob formas que estamos abertos a discutir.

Que um grupo de companheiros abandone toda a luta pela IV Internacional e diga que se vai se dissolver

é um problema que não nos diz respeito. De nossa parte, militando aberta e lealmente pela IV Internacional, sem Camuflagens, seguimos construindo disciplinadamente o PT e, no seu interior, a articulação.

Todos nos conhecem. Nada temos a esconder. Desde o começo do PT combatemos nas palavras e nos atos aqueles que pretendiam um PT-frente. E tanto aqueles que se proclamam os únicos revolucionários quanto certos parlamentares direitistas que terminaram tristemente no PMDB. Então por que essa história de frente X partido, hoje?

O texto citado por Luiz Eduardo para explicar nossa posição frentista nem defende o frentismo nem é nosso!

Além disso, acreditamos que Luiz Eduardo tem uma concepção democrática de partido. Ou seja, que negamos juntos a ideia de que só cabe uma corrente no partido do futuro e que, portanto, um partido de várias correntes só pode ser uma frente. Tal monolitismo seria contrário à concepção de partido e do próprio socialismo que pensamos ser comum.

A existência de correntes no partido diz respeito ao seu programa. O aprofundamento programático do PT, hoje uma necessidade, irá difundir tendências, criar outras, livre e democraticamente, em proveito da luta dos trabalhadores por sua emancipação.

Entramos na chuva para nos molhar, e queremos ir com o PT até a vitória.

Arlete Avellar Sampaio DN/PT DF



AGOSTO DE 1987 N.º 30

Órgão informativo da Comissão Executiva

Nacional do Partido dos Trabalhadores
Av. 11 de Junho, 260, CEP 04041
São Paulo/SP - Fone 575-2298
Editor: Bernardo Kucinski
Editor Adjunto: Flávio Aguiar
Secret. da Redação e Produção:
Marisa Lourenço
Diagramação: Max Alberto Gonzales
Revisão: Dante Grecco Neto

Composição, Fotolito e Impressão: DCI

Tiragem: 15 mil exemplares

CUPOM

Autorizo a remessa de um pacote do Boletim Nacional e envio o cheque de pagamento que poderá ser descontado em..... dias.

- ☐ pacote de 50 boletins, no valor de Cz\$ 250,00
- ☐ pacote de 100 boletins, no valor de Cz\$ 500,00
- ☐ pacote de 150 boletins, no valor de Cz\$ 750,00
- ☐ pacote de 200 boletins, no valor de Cz\$ 1.000,00

Responsável pela compra

Fone

Diretório

Endereço n.º

CEP.....Cidade.....Estado



Olha o nível!

(...) Sobre o debate das tendências, faço o seguinte alerta: no nível (de linguagem) em que está escrita a maioria dos artigos, este debate não levará a nada, uma vez que o objetivo, a meu ver, é conduzir às bases do partido a discussão, fazê-la amadurecer e produzir como resultado uma definição consensual do partido sobre a questão em pauta. O debate me parece restrito a uma minoria de intelectuais, cuja a linguagem é alheia ao trabalhador e ao homem comum. A maioria de nossos filiados e mesmo militantes não sabe ou nunca ouviu falar de termos como "partido de massas", "partido de quadros profissionais", "tática", "estratégia", "conjuntura e estrutura", "vanguarda", "trotskismo", "marxismo-leninismo" e também "socialismo e comunismo". O trabalhador comum não tem acesso a essa nomenclatura de esquerda, e, como o debate não tem por fim explicá-la didaticamente, acaba isolado e desmotivado para discussão, não ocorrendo, assim, a socialização do conhecimento e da prática no interior do Partido. Mais difícil ainda fica saber quem é quem, em nome de que tendência ou articulação se fala, que tendência se critica a que relação pode se estabelecer no dia-a-dia e nos artigos entre a prática e a retórica e a retórica de quem fala.

Outro problema: o Boletim Nacional atinge uma parcela insignificante de militantes e filiados, o que restringe ainda mais, no interior do Parti-

do, o raio de alcance e a reprodução do debate, não passando este de uma onda branda de pouca repercussão.

Para garantir uma participação maior do conjunto do Partido neste e em outros debates, na fase de divulgação de artigos via Boletim Nacional, apresento as seguintes sugestões: 1. Que os artigos do caderno de tendências tenham uma linguagem a mais clara possível (apelo que faço à maioria dos autores); 2. Que esses artigos sejam divulgados (como foram os primeiros) em anexo às circulares da Secretaria Geral Nacional a todas as instâncias do Partido, possibilitando a leitura àqueles que infelizmente não assinam o BN; 3. Que o BN crie, o mais rápido possível, uma "Seção de Formação Política", como forma de iniciar os nossos companheiros mais atrasados na leitura teórica (linguagem fácil) e na compreensão da natureza do funcionamento do próprio PT. Proponho, ainda, quem, após o debate das tendências, mantenha-se a seção de debates, priorizando temas como "o socialismo que queremos" e "como chegar ao socialismo", além de outros de muita importância. Acredito que, assim, haverá liberdade de expressão dentro do partido, e todos poderão dar uma parcela de contribuição na construção do Partido dos trabalhadores.

Erlí Bandeira Sousa
PT/Pmbal (PB)

Contra as grosserias do BN

Não pretendo alimentar picuinhas. Por outro lado, não posso admitir tamanha grosseria como a cometida no BN n.º 29.

A resposta que os companheiros deram a Jefferson Oliveira Goulart foi, no mínimo, uma tremenda falta de respeito, o que não é, pelo que sei, a prática do PT.

Que há dificuldades, todos sabemos. Porém, nada justifica tal grosseria, bem ao contrário. Tenho certeza de que um trabalhador que leu a resposta do BN pensará 10 vezes antes de escrever a vocês.

Não há uma editoria política do BN que revise esse tipo de coisa?

Ivonete Peres

Parabéns ao BN

Receba os nossos parabéns pela periodicidade e pela qualidade com que o Boletim Nacional tem se apresentado. Finalmente, temos um órgão de imprensa que traz, de maneira regular, as opiniões dos companheiros dos diversos pontos do país. Isso é fundamental para aqueles que que-

rem tomar contato com a veracidade política e construir, sem dogmas, uma sociedade verdadeiramente embasada no real, para que a mesma seja de fato duradoura e esteja a serviço dos trabalhadores (...).

Londrina/junho de 87
Luiz Eduardo Cheida

Ainda os militares?

Vimos congratular-nos com a atuação dos parlamentares do PT - Wladimir Palmeira/RJ e Virgílio Guimarães/MG - no desenrolar recente do Acordo Coletivo da NUCLEN, quando tivemos irrestrito apoio da liderança do Partido - Lula/SP - e de toda a estrutura partidária do PT em Brasília. Em tempo, o apoio do PT e da CUT/Brasília através do companheiro Chico Vigilante

Gostariamos de colocar aqui nossas dificuldades criadas por um dos setores mais conservadores de nossa Sociedade, os militares, encastrados na direção das empresas do setor nuclear, que são responsáveis diretos

pela falta de respeito com a sociedade como um todo. O general José Pinto Rabello, comandante do 1.º Exército na época da repressão e atualmente diretor da Nuclebrás é um exemplo. Já acenam com o corte das lideranças sindicais, principalmente os petistas, pelo que ocorreu em Brasília e em especial no Ministério das Minas e Energia, onde a interferência de Lula foi fundamental para nós.

Continuamos contando com o apoio do PT nesta luta e na denúncia contra esses radicais de direita para transformar o Nuclear em algo produtivo para a Sociedade.

José Peixoto e Francisco Santos

Encontro dos Parlamentares, um sucesso!

Roberto Parizutti



Nós, parlamentares e prefeitos do PT, convocados pela Direção Nacional do Partido, nos reunimos nos dias 3, 4, 5 e 6 de julho no I Encontro Nacional dos Parlamentares do PT.

O objetivo do encontro foi facilitar o intercâmbio das experiências dos parlamentares petistas, na perspectiva de aprimorar seus critérios na intervenção parlamentar, bem como da relação dos parlamentares com o próprio Partido.

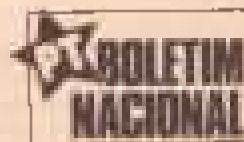
Além dos objetivos específicos de nossa reunião, consideramos necessário, no atual momento, reafirmar nossas posições: a crise social e econômica que vive o povo brasileiro é produto da agudização do caráter conservador da transição. O pacote Bresser (sinônimo do mais profundo arrocho salarial que já tiveram os trabalhadores), a crescente repressão policial, os esforços desesperados de Sarney para estabelecer cinco anos de mandato configuram nitidamente a ofensiva reacionária.

Nunca foram tão flagrantes a ilegitimidade deste governo, a profundidade da crise econômica e a insatisfação popular.

Diante disto os parlamentares petistas reafirmam: sua mobilização permanente pelas Diretas-Já, pela defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores, pela democracia. Seu combate frontal contra a Lei de Segurança Nacional e todas as resoluções antipovo que o bloco conservador tenta impor na Constituinte. Sua oposição firme contra a prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores. Seu compromisso na luta constante pela democratização, moralização e autonomia dos Parlamentares. Seu consciente esforço e mobilização pela construção do PT, combinando -- segundo nosso programa -- a presença nos movimentos sociais e no Parlamento, na direção da luta pela democracia e o socialismo.

Cajamar, 6/7/87 - I Encontro dos Parlamentares do PT

ASSINE



Nome
Endereço
Cidade
CEP Estado

Anual ☐ Cz\$ 100,00 BIANUAL ☐ Cz\$ 200,00

Faça já sua assinatura enviando um cheque (no valor de sua assinatura) juntamente com este cupom ao PARTIDO DOS TRABALHADORES - Boletim Nacional - Av. 11 de Junho, 260 CEP 04041 - São Paulo - SP

O PMDB FOGE DO PAU!

A autópsia de um governo em franco processo de decomposição

I
O cadáver do PMDB foi dissecado em autópsia pública na última e melancólica convenção do partido, onde ele não teve fôlego sequer para votar o mandato de Sarney. A maior força de sustentação da Nova República revelou-se definitivamente uma carcaça estilhaçada pela sobreposição de crises, para as quais o centro, a direita, a esquerda, a cúpula e as bases não têm mais respostas unitárias.

A implosão do PMDB reflete um processo de decomposição da Nova República e recomposição de forças no país, que tende a se alastrar em manifestações de rua cada vez mais amplas. A incapacidade do PMDB de ter voz ativa nesse processo é evidente. Ele se descolou da base e perdeu espaço na cúpula de um governo que transita miseravelmente para a direita, transformando a transição conservadora num mero exercício de usurpação do poder. Sarney, os militares, o patronato, os "liberais" alimentam-se das sobras que lhes interessam dentro do PMDB. A matilha busca cooptar a ala direita do partido, enquanto isola os progressistas do festim palaciano. O "líder" de Sarney na Câmara, Carlos Santana (PMDB/BA), não é mais um político, mas uma empreiteira. Recebeu 10 mil empregos públicos do Planalto para comprar constituintes e peemedebistas, cuja coluna vertebral funciona à base de dobradiças, não de ossos.

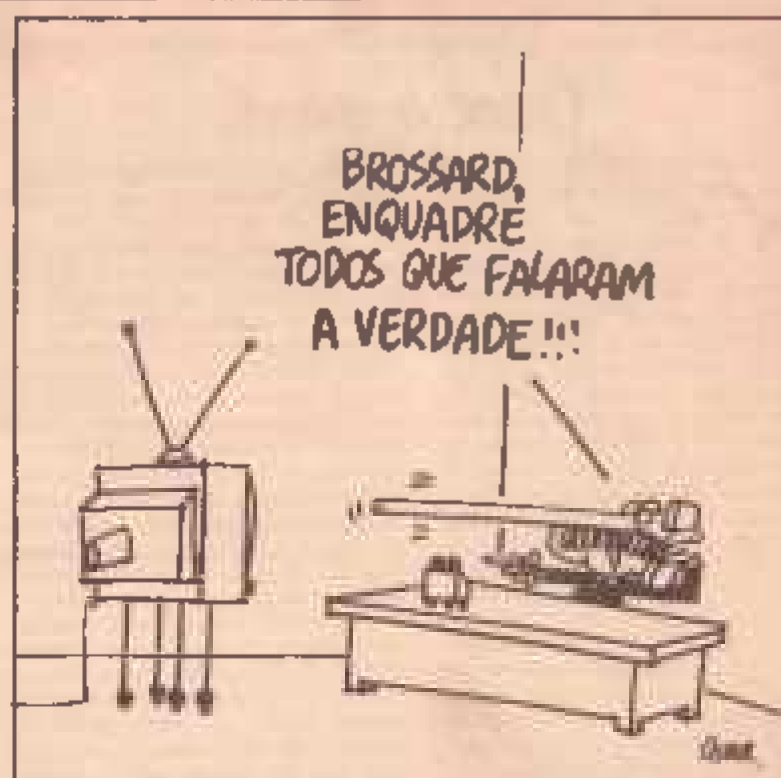
II
Com esse tipo de matéria, porém, Sarney não vai longe. Pode, quando muito, promover o desmanche de partidos - sucata, como o PMDB. Mas é um presidente cada dia mais acuado. Não tem mandato, ninguém lhe obedece e não pode mais sair às ruas, por recomendação do SNI. Só o cinismo dos ventríloquos oficiais, boa parte deles lotados na rede Globo, insiste todo dia na mesma tecla: "O planalto contorna a crise". O resto do país, óbvio, ouve os meninos da Globo e vê um imenso nariz de Pinóquio saindo da tela do receptor. Essa onda não pega.

III
E não pega por razão simples: não bate com o dia-a-dia de crescentes dificuldades econômicas vividas pela população.

Quer dizer, a implosão das bases de sustentação da Nova República pode até ser maquiada pela Globo. Mas o impasse econômico, esse não. O próprio Plano de Consistência Macroeconômica da Fazenda é, no fundo, um confissão disfarçada dessa impotência do governo diante da crise. O que diz o Plano? Grosso modo, diz que o país não consegue mais crescer porque sua matriz de investimento - baseada no endividamento externo e gastos públicos - tornou-se inviável. Os banqueiros não emprestam nem mais um dólar. O Estado não tem mais de onde tirar dinheiro sem gerar problemas maiores - alta dos juros, inflação etc. O Brasil para voltar a crescer 7% ao ano precisaria gastar cerca de 24% de seu PIB com novas máquinas e construções - o chamado capital fixo. No ano passado, só pôde investir em algo como 19% do PIB. Agora, em 1987, essa taxa deve ser ainda menor. Crescer sem investir é como repartir um mesmo bolo por um número cada vez maior de pessoas: dá briga na certa. Em economia dá inflação, acirramento da luta de classes e, claro, crise política. Afinal: quem vai comer menos, para que uma parte do PIB possa ser poupada, isto é, transformada em investimento, para o bolo poder crescer?

IV
Quem vai impor perdas a quem? Esse é o ponto-chave da crise atual, que implodiu toda a estrutura de poder da Nova República, estilhaçou o Cruzado e o PMDB e deverá se traduzir em crescentes manifestações de massa pelo país. A convocação de eleições diretas seria a forma mais democrática de decidir essa parada. A direita e o patronato sabem disso. Mas também que seus interesses podem ser derrotados nas urnas. O mais seguro então é manobrar: paralisar o PMDB com cheques, cargos e pressões: coagir a CUT e o PT etc. via Lei de Segurança Nacional; neutralizar a Constituinte, formada majoritariamente por integrantes do Aredn da Ditadura. E assim por diante.

V
Só isso, entretanto, não resolve. Em toda a história do Brasil, sempre que um modelo de investimento se esgotou, o Estado entrou em cri-



se e teve de desencavar um outro, concentrando renda de alguma forma para detonar novos ciclos de crescimento. Na década de 60, por exemplo, o golpe cumpriu justamente esse papel: arrochou salários e deu fôlego para uma fulminante expansão do capitalismo. Desde meados dos anos 70 - com a crescente resistência operária -, esse processo passou a depender mais do endividamento externo e interno. Quando essa fonte secou, a ditadura caiu. O arrocho salarial embutido no último congelamento é uma tentativa desesperada de se reeditar o modelo anterior. Mas, para levar essa política às últimas consequências, seria preciso uma adesão maciça da atual aliança que sustenta Sarney.

E a convenção do PMDB mostrou que essa aliança não existe mais. Ou seja, o arrocho detonado pelo Plano Bresser tem pouco fôlego. E não há segurança suficiente para o patronato voltar a investir. O que sobra então?

VI
Sobra, segundo o Plano de Consistência Macroeconômica, crescer menos. Quer dizer, se não há força política hegemônica para impor perdas definitivas e crescentes aos assalariados, o crescimento terá de ser mais lento. E só ocorrerá se for possível estimular o patronato a substituir o Estado (falido) e o capital estrangeiro (em fuga) na tarefa de gastar pesado. Explicando melhor: o patronato brasileiro detém anualmente uma poupança (para aplicar onde bem entender) da ordem de 19% do PIB. Mas só gasta 12% disso em novas máquinas, fábricas etc. O resto especula na ciranda financeira. E essa especulação - que se resume, fundamentalmente, a emprestar ao governo - custa à população juros anuais no valor de quase 4% do PIB. Isto é, grana de impostos desviada para remunerar os rentistas da dívida interna.

VII
Se houvesse um governo progressista no Brasil, a parcela de poupança do patronato - não revertida em gastos produtivos - poderia ser compulsoriamente canalizada para investimentos. Como? Através de forte taxaçaõ fiscal. Ou decretando-se a moratória da dívida interna, por exemplo. Como isso jamais será feito pela Nova República, a receita do Plano Macroeconômico é a seguinte: o Estado gasta menos e desse modo toma menos recursos emprestados ao patronato. Sobrando dinheiro ocioso, o setor privado tenderá a investir mais - dos atuais 12% do PIB até 17% dele, em 1991. Tecnicamente perfeito. Mas na prática...

VIII
Óbvio que boa parte do gasto público feito no Brasil é indefensável. Afinal, reflete uma estrutura de prioridades montada pela ditadura. Mas isso não significa que o país - o povo - não reclame investimentos maciços em escolas, saúde, habitação etc. A questão-chave, portanto, é outra: saber de quem tirar o dinheiro e a quem beneficiar. Um governo progressista taxaria os ricos e montaria uma eficiente política de gastos públicos. O Plano Macroeconômico, no entanto, quer simplesmente reduzir o tamanho do Estado na economia, fazendo coro ao delírio privatista da direita. Como se o patronato da FIESP estivesse disposto a gastar em serviços, infra-estrutura, insumos etc. Trata-se, portanto, de uma estratégia falida que colide com os anseios progressistas incluídos na Constituinte - que, apesar de todas as deficiências, lista uma pesada fatura de carências sociais acumuladas nas últimas décadas. O plano da Fazenda é isso: o cadáver econômico de um governo em franco processo de decomposição política. Cabe ao povo enterrá-lo. Em cova funda.

Claudio Cerri